

Analistas consideram meta de R\$ 28 bi factível

Eles dizem, porém, que o Congresso deverá mudar algumas medidas, reduzindo ganho para cerca de R\$ 26 bi

As medidas anunciadas ontem pelo governo foram consideradas, por economistas e consultores, como o programa mais ousado de ajuste fiscal já adotado pelo País. O esforço de R\$ 28 bilhões em 1999 está sendo considerado "factível", embora a maioria dos analistas imagine que algumas medidas sejam modificadas pelo Congresso Nacional, reduzindo esse ganho para um volume entre R\$ 24 bilhões e R\$ 26 bilhões.

As medidas que podem ser modificadas são a elevação da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

(CPMF) para 0,38% (que poderia ficar menor, entre 0,30% e 0,35%) e o aumento do percentual de desvinculação da arrecadação previsto no Fundo de Estabilização Fiscal, dos atuais 20% para 40% (o percentual poderia ser limitado a 20%).

No Congresso Nacional, a medida mais polêmica deve ser a contribuição dos servidores inativos, que passariam a pagar uma contribuição de 20%. "O passado demonstrou que, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso faz questão, as medidas que ele quer são aprovadas", pondera o sócio da Oryx Asset Management, Antônio Costa. Para ele, "o conjunto de medidas é consistente e o tamanho do ajuste pretendido mostra a gravidade da situação".

Para o economista Bernard

Appy, a meta de atingir um superávit primário do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,6% no próximo ano é muito otimista. "O Congresso Nacional não vai aprovar tudo", pondera. Assim, o valor final do ajuste fiscal seria inferior a R\$ 28 bilhões.

Uma dúvida entre os economistas é como o governo federal vai fazer Estados e municípios alcançarem um superávit de 0,4% do PIB no próximo ano. "Essas medidas precisam ser detalhadas", observa Marcelo Allain, diretor de Análises Econômicas do Banco BMC. Ele observa que o ajuste de R\$ 28 bilhões ficou acima

da expectativa do mercado, que esperava um número mais próximo de R\$ 25 bilhões. "Mas nem tudo será aprovado sem modificações", estima.

O ganho efetivo com o ajuste fiscal deverá ficar entre R\$ 24 bilhões e R\$ 25 bilhões, segundo cálculos da MCM Consultores. "Essa projeção torna o alcance da meta de superávit de 2,6% não seguro, porque depen-

de da aprovação das medidas, mas plausível", disse o sócio-diretor da MCM, Cláudio Adilson Gonçalves, ao avaliar que o Congresso pode modificar algumas medidas. **(Denise Neumann e Marli Olmos)**

ALÍQUOTA DA
CPMF TENDE A
SER
REDUZIDA